



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANO VI

Edição nº 1.490

Alcinoópolis, sexta-feira, 03 de maio de 2024

Diário Oficial do Município de Alcinoópolis-MS – criado pela Lei Municipal n. 455/2019, de 26 de junho de 2019, para publicações dos atos do Poder Executivo, Legislativo e Publicações a Pedido – Sede Prefeitura Municipal.

PODER EXECUTIVO

Prefeito	Dalmy Crisóstomo da Silva
Vice-Prefeito	Valter Roniz Dias de Souza
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	Célia Regina Furtado dos Santos
Secretário Municipal de Saúde Pública	João Abadio de Oliveira Neto
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte	Jesus Aparecido de Lima
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos(Interino).....	Aloisio Martins Pereira
Secretária Municipal de Ação Social	Camyla Silva Carneiro
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.....	Nahur Tito Queiroz de Britto

PODER LEGISLATIVO

Presidente	Valdeci Lima de Oliveira
Vice-Presidente.....	Helder Costa Carneiro
Primeira Secretária	Isabel de Souza Silveira
Segunda Secretária	Onilza Matias de Sousa
Vereador.....	Fernando Henrique Nicoletti
Vereador	Ângelo Ferreira de Souza
Vereadora	Paula Magda Gomes de Moraes
Vereadora	Rosangela Garcia de Campos
Vereador	Ademir Luiz Müller

SECRETARIAS

Secretaria Municipal de Planej. Admin. e Finanças

Rua Maria Barbosa Carneiro, 633 - Centro
Telefones: (67) 3260-1127 3260-1187
79530-000 - Alcinoópolis - MS
E-mail: financas@alcinopolis.ms.gov.br
Horário de funcionamento: Das 7h às 11h e das 13h às 17h

Secretaria Municipal de Saúde Pública

Av. Adolfo Alves Carneiro, 1190 - Centro
Telefone: (67) 3260-1166
79530-000 - Alcinoópolis - MS
E-mail: saude@alcinopolis.ms.gov.br
Horário de funcionamento: Das 7h às 11h e das 13h às 17h

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Rua Maria Teodora de Freitas Nery, 521 - Centro
Telefone: (67) 3260-1321
79530-000 - Alcinoópolis - MS
E-mail: educacao@alcinopolis.ms.gov.br
Horário de funcionamento: Das 7h às 11h e das 13h às 17h

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Av. Averaldo F. Barbosa, 259 - Jd. Bom Sucesso
Telefones: (67) 3260-1449 3260-1052
79530-000 - Alcinoópolis - MS
E-mail: obras@alcinopolis.ms.gov.br
Horário de funcionamento: Das 7h às 11h e das 13h às 17h

Secretaria Municipal de Ação Social

Av. Darlindo José Carneiro, 1238 - Centro
Telefone: (67) 3260-1120
79530-000 - Alcinoópolis - MS
E-mail: orgaogestor.alcinopolis@hotmail.com
Horário de funcionamento: Das 7h às 11h e das 13h às 17h

Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente

Av. Olégario Barbosa da Silveira, 1344 - Centro
Telefone: (67) 3260-1739
79530-000 - Alcinoópolis - MS
E-mail: desenvolvimento@alcinopolis.ms.gov.br e desenvolvimentoalcinopolis@gmail.com
Horário de funcionamento: Das 7h às 11h e das 13h às 17h

Prefeitura Municipal de Alcinoópolis

Estado de Mato Grosso do Sul
Rua Maria Barbosa Carneiro, 633 - Centro
Telefones: (67) 3260-1127 3260-1187
79530-000 - Alcinoópolis - MS - CNPJ 37.226.651/0001-04

Visite o Diário Oficial na Internet: <https://www.alcinopolis.ms.gov.br/site/>

SUMÁRIO

Esta Edição é composta de 17 páginas

Poder Executivo	03
Atos de Licitação	03
Autorização para Abertura de Processo Administrativo.....	03
Aviso de Resultado - Contratação Direta nº 015/2024.....	03
Termo de Rescisão Contratual	03
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 007/2023.....	03
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 029/2022.....	04
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 075/2023.....	04
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 077/2023.....	04
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 078/2023.....	04
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 080/2022.....	05
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 080/2023.....	05
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 081/2023.....	05
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 083/2023.....	06
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 088/2023.....	06
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 089/2023.....	06
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 121/2021.....	07
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 173/2023.....	07
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 174/2023.....	07
Termo de Rescisão Amigável Contrato nº 001//2023.....	07
Republica-se Por Incorreção	08
Atos de Licitação	08
Aviso de Resultado - Contratação Direta nº 013/2024.....	08
Ata de Registro de Preços nº 010/2024.....	08
Poder Legislativo	17
Portaria	17
Portaria nº 014/2024.....	17
Extrato do Termo Aditivo	17
Extrato do I Termo Aditivo - Contrato nº 005/2023.....	17

PODER EXECUTIVO

ATOS DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Nos termos do, Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal n.º 14.133/21 e considerando a existência da dotação orçamentária, **AUTORIZO** a Comissão de Contratação da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS – MS, a iniciar o procedimento e abertura do Processo Administrativo de Inexigibilidade para credenciamento, objetivando a contratação para atendimento da despesa a seguir discriminada:

OBJETO: Abertura de credenciamento para Prestação de Serviço médico de consulta em ginecologia para atender os encaminhamentos da Rede SUS conforme Protocolo Clínico de Regulação do Acesso e seus respectivos diagnósticos aos pacientes residentes no Município de Alcinópolis, com local determinado pela Secretaria Municipal de Saúde para a realização dentro do município de Alcinópolis, conforme especificação e quantitativo no termo de referência.

Alcinópolis/MS, 23 de abril de 2024.

João Abadio de Oliveira Neto
Secretário Municipal de Saúde Pública

AVISO DE RESULTADO
CONTRATAÇÃO DIRETA

A comissão de contratação da prefeitura municipal de Alcinópolis/MS comunica aos interessados que a sessão para contratação direta nº. 015/2024, Processo Administrativo nº 1821/2024, cujo objeto é a: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA para Contratação de empresa para a manutenção da iluminação pública, no perímetro urbano, com veículos e equipamentos necessários, realizada no dia 02/05/2024 às 10h00min, declara vencedora a empresa **51.489.209 ALTIELES SILVA FERNANDES** CNPJ: 51.489.209/0001-00, com o valor total de **R\$ 49.050,00 (quarenta e nove mil e cinquenta reais)**.

Fica intimado para apresentação das razões recursais contra o resultado (julgamento de proposta e habilitação), previsto no art. 165, Inciso I, Alíneas b e c, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de lavratura da ata, manifestando seu interesse de recorrer contra a decisão, no prazo de 02 (duas) horas a partir do recebimento da cópia da lavratura da ata, sob pena de preclusão, através do e-mail: licita.alcinopolis@gmail.com

Nenhuma empresa interessada compareceu a sessão pública.

Maiores informações através do telefone (67)3260.1127 das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), ou por e-mail: licita.alcinopolis@gmail.com

Alcinópolis-MS, 02 de maio de 2024

Wesley Furtado de Oliveira
Agente de Contratação

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 007/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e JEFERSON FERREIRA NERY

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 19 de janeiro de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e JEFERSON FERREIRA NERY.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 029/2022

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e SUELAINÉ RODRIGUES DOURADO

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 24 de fevereiro de 2022 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **técnico(a) de enfermagem 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e SUELAINÉ RODRIGUES DOURADO.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 075/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e LAVÍNIA ROSA MARIA PESTANA CABRAL

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 04 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **ENFERMEIRO(A) 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e LAVÍNIA ROSA MARIA PESTANA CABRAL.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 077/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e GRACE KELI DE OLIVEIRA BUENO

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 04 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **fonoaudiólogo(a) 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e GRACE KELI DE OLIVEIRA BUENO.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 078/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e MARILENE OLIVEIRA ANDRADE

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de

serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 04 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **ENFERMEIRO(A) 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência:

A partir de 30/04/2024.

Assinatura:

24/04/2024.

Fundamento legal:

Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam:

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e MARILENE OLIVEIRA ANDRADE.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 080/2022

CONVENENTES:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e ALANA SILVA SOARES

Objeto:

"Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 31 de março de 2022 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **técnico(a) de enfermagem 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência:

A partir de 30/04/2024.

Assinatura:

24/04/2024.

Fundamento legal:

Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam:

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e ALANA SILVA SOARES.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 080/2023

CONVENENTES:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e GEISIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS

Objeto:

"Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 04 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **ENFERMEIRO(A) 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência:

A partir de 30/04/2024.

Assinatura:

24/04/2024.

Fundamento legal:

Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam:

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e GEISIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 081/2023

CONVENENTES:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e BEATRIZ NOGUEIRA DE REZENDE

Objeto:

"Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 04 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência:

A partir de 30/04/2024.

Assinatura:

24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.
Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e BEATRIZ NOGUEIRA DE REZENDE.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 083/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e KATTERYNE FREITAS DE OLIVEIRA

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 04 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **psicólogo(a) 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e KATTERYNE FREITAS DE OLIVEIRA.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 088/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e LUCIMAR BORGES PEREIRA

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 12 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **técnico(a) de enfermagem 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e LUCIMAR BORGES PEREIRA.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 089/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e BRUNO DOS SANTOS CUNEGUNDES

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 12 de maio de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **EDUCADOR(A) FÍSICO(A) 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e BRUNO DOS SANTOS CUNEGUNDES.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 121/2021

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e JÉSSICA IGNÁCIO SALVINO VITALINO

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 02 de setembro de 2021 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **ENFERMEIRO(A) 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e JÉSSICA IGNÁCIO SALVINO VITALINO.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 173/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e WEBY THARLES GONZAGA DA SILVA

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 19 de julho de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **TÉCNICO EM RADIOLOGIA - 24 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e WEBY THARLES GONZAGA DA SILVA.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 174/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e SILVANA CARVALHO

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 19 de julho de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **TÉCNICO EM RADIOLOGIA - 24 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e SILVANA CARVALHO.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 001/2023

CONVENENTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS-MS e JESSICA NOGUEIRA FURTADO

Objeto: "Rescisão amigável, com vigência a partir de **30/04/2024**, do contrato de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, celebrado em 02 de janeiro de 2023 e seu(s) termo(s) aditivo(s), como **técnico(a) de enfermagem 40 H**, conforme justificativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública, através Ofício OF. SESAUP/PMA N.º 395/24, de 23 de abril de 2024."

Vigência: A partir de 30/04/2024.

Assinatura: 24/04/2024.

Fundamento legal: Art. 12, § 2º da Lei nº 201/2003.

Assinam: JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO e JESSICA NOGUEIRA FURTADO.

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024.

JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
E GESTOR DO FUNDO

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO

ATOS DE LICITAÇÃO

**AVISO DE RESULTADO
CONTRATAÇÃO DIRETA**

A comissão de contratação da prefeitura municipal de Alcinópolis/MS comunica aos interessados que a sessão para contratação direta nº. 013/2024, Processo Administrativo nº 1617/2024, cujo objeto é a: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA para Contratação de empresa para realização de Inspeção Técnica Veicular Periódica Semestral, para atender as necessidades do Transporte Escolar, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, realizada no dia 19/04/2024 às 10h00min, a empresa **ASEST ASSESSORIA E VISTORIA VEICULAR LTDA** foi declarada **VENCEDORA**, tendo em vista o julgamento das fases de proposta e habilitação, apresentado o valor da proposta de **R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)**.

Fica intimado para apresentação das razões recursais contra o resultado (julgamento de proposta e habilitação), previsto no art. 165, Inciso I, Alíneas b e c, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de lavratura da ata, manifestando seu interesse de recorrer contra a decisão, no prazo de 02 (duas) horas a partir do recebimento da cópia da lavratura da ata, sob pena de preclusão, através do e-mail: licita.alcinopolis@gmail.com

Nenhuma empresa interessada compareceu a sessão pública.

Maiores informações através do telefone (67)3260.1127 das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local), ou por e-mail: licita.alcinopolis@gmail.com

Alcinópolis-MS, 24 de abril de 2024

Juciléia Gomes Aquino
Agente de Contratação

Republica-se Por Incorreção
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 010/2024

O Município de Alcinópolis-MS, com sede na Rua Maria Barbosa Carneiro, 633 Centro, na cidade de Alcinópolis-MS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 37.226.651/0001-04, neste ato representado pelo Srº Dalmy Crisóstomo da Silva, Prefeito Municipal de Alcinópolis-MS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2024, Processo Administrativo n.º 928/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação na Aquisição de Leite Integral e Pão Tipo Francês, especificados no item 1.3 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 008/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem no Anexo A

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo B a esta Ata.

2.3. A presente ata de registro de preços poderá ser usada por todos outros órgãos não previstos na presente licitação, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Ação Social.

A(s) Empresas registradas:

EMPRESA REGISTRADA: ALINE LOPES GOMES CAMPOS
REPRESENTADO PELO SR.: ALINE LOPES GOMES CAMPOS
CNPJ Nº: 24.216.085/0001-08
ENDEREÇO: AV. VIRGÍLIO JOSÉ CARNEIRO, 1323, CENTRO
CEP: 79530-000 ALCINÓPOLIS/MS
TELEFONE/FAX: (67) 98409-2039
EMAIL: inovarassessoriacontabil@hotmail.com
VALOR: 109.626,50 (cento e nove mil e seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

EMPRESA REGISTRADA: LATICÍNIOS MARIA LTDA
REPRESENTADO PELO SR.: MAYARA CRISTINA PEREIRA GUEDES
CNPJ Nº: 29.994.980/0001-77
ENDEREÇO: ROD MS 223 KM 10, ZONA RURAL
CEP: 79550-000 COSTA RICA/MS
TELEFONE/FAX: (67) 99964-1619
EMAIL: laticiniomaria@hotmail.com
VALOR: 238.640,00 (duzentos e trinta e oito seiscentos e quarenta reais)

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal Ação Social.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou

fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena

de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos Cap. VII, do Decreto Municipal Nº 009/2024, de 11 de janeiro de 2024.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. LOCAL DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

10.1 O prazo de entrega dos bens de consumo está adstrito na tabela abaixo, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, Ordem de Entrega/Requisição, conforme cada caso. As solicitações de entregas ocorrerão parceladamente, conforme a necessidade da Secretaria demandante, outrossim, as entregas deverão obedecer exatamente a quantidade constante em cada pedido.

1- ITEM: LEITE

Parcela/Fornecimento	Composição da parcela	Prazo de entrega
Segunda- Feira	De acordo com a necessidade da demanda do Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, para atender o programa Café da Manhã.	Semanal
Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, Localizado na Avenida Averaldo Fernandes Barbosa, nº 841 Centro, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00.		

2- ITEM: PÃO

Parcela/Fornecimento	Composição da parcela	Prazo de entrega
Segunda- Feira	De acordo com a necessidade da demanda do Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, para atender o programa Café da Manhã.	Semanal
Quarta - Feira	De acordo com a necessidade da demanda do Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, para atender o programa Café da Manhã.	Semanal
Sexta - Feira	De acordo com a necessidade da demanda do Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, para atender o programa Café da Manhã.	Semanal
Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, Localizado na Avenida Averaldo Fernandes Barbosa, nº 841 Centro, das 05:30 da manhã.		

10.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02(dois) dias úteis de antecedência para que qualquer

pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Virgílio José Carneiro, nº 1043, Bairro Centro, na cidade de Alcinópolis - MS, telefone (67) Centro, em horário de expediente do órgão, sendo das 7h às 11h ou das 13h às 17h horário local, em dias úteis.

10.4 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60(sessenta) dias, antes do prazo vencimento.

11. DO PAGAMENTO

Prazo de Pagamento

11.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, para fins de liquidação.

11.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

11.5 No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

11.6 A escolha por um dos critérios utilizado para fins de cumprimento do item 7.5, deverá representar o interesse público envolvido.

Forma de pagamento

11.6 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

11.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.3 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede

... e, no caso de atraso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, desde que apresente a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.6 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução da contratação;

12.8 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados e prepostos durante a entrega/instalação dos produtos contratados, obrigando-se por quaisquer responsabilidades acerca de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei ligadas ao cumprimento do Contrato/contratação;

12.9 Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados, diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes de culpa ou dolo na execução do contrato.

12.10 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

12.11 Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

13.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

13.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à aquisição/execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.7 Fixar o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, ambos de 15 (quinze) dias úteis, quando for o caso.

14. DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

14.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

15.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Alcinópolis-MS, 19 de abril de 2024.

DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ALINE LOPES GOMES CAMPOS ME

CNPJ: 24.216.085/0001-08

LATICÍNIOS MARIA LTDA

CNPJ: 29.994.980/0001-77

ANEXO A

Fornecedor: 24.216.085/0001-08 - ALINE LOPES GOMES CAMPOS

ITEM	PRODUTO	UN	QTD INICIAL	QTD COMPRAR	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL DISP.
00002	00201 - PÃO DE SAL FRANCÊS - 50 GR - . A CASCA DEVERÁ SER DOURADA NA PARTE SUPERIOR E MARROM NA INFERIOR, COM ESPESSURA APROXIMADA DE 1 A 2 MM, NÃO DURA E SIM CROCANTE, SEM A PRESENÇA DE PESTANA OU INCISÃO DA MASSA. COM MIOLO CONSISTENTE, DE COR CREME, COM CAVIDADES IRREGULARES, TEXTURA MACIA, AVELUDADA, SEDOSA E ELÁSTICA. O VOLUME DEVERÁ SER NORMAL PARA O PESO (50 GRAMAS), SIMÉTRICO, UNIFORMIDADE NO ASSADO, AROMA E SABOR TÍPICOS, COM QUEBRA UNIFORME E VISÍVEL	KG	4.705,0000	4.705,0000	23,3000	109.626,5000
Total por fornecedor:						109.626,5000

Fornecedor: 29.994.980/0001-77 - LATICINIOS MARIA EIRELI

ITEM	PRODUTO	UN	QTD INICIAL	QTD COMPRAR	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL DISP.
00001	00071 - LEITE INTEGRAL UHT-LEITE UHT/UAT, INTEGRAL, TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMO DE 3%, EMBALAGEM ESTÉRIL E HERMETICAMENTE FECHADA DE 1 LITRO, CAIXA CARTONADA ALUMINIZADA, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED.ADM. DETERMINADO PELA MAPA E ANVISA, COM VALIDADE NA DATA DE FABRICAÇÃO DE 120 DIAS E VALIDADE MÍNIMA DE 90 DIAS NA DATA DA FABRICAÇÃO. HOMOGENIZADO, MULTILAMINADA, CARTONADA, ASSÉPTICA, IMPERMEÁVEL AO AR, LUZ E MICROORGANISMO, TIPO TETRA PACK.	LT	38.000,0000	38.000,0000	6,2800	238.640,0000
Total por fornecedor:						238.640,0000

ANEXO B

A Empresa ALINE LOPES GOMES CAMPOS aceita a cotar o objeto, Leite Integral, com preço igual ao o adjudicatório, observando a classificação da licitação.

PODER LEGISLATIVO**PORTARIA****PORTARIA Nº 14/24****ALCINÓPOLIS/MS, 02 DE MAIO DE 2024.****“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR REGINALDO PEREIRA DA SILVA”**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, usando das atribuições que a Lei lhe confere:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **REGINALDO PEREIRA DA SILVA**, ocupante do Cargo de **Agente de Segurança**, férias **regulamentares**, de acordo com a Lei Complementar nº 87/2023, Art. 121, relativas ao **período aquisitivo de 03/07/2022 a 02/07/2023**, pelo período de **15 (quinze) dias consecutivos**, referente à **2ª etapa**, com **início do gozo no dia 02/05/24 e término no dia 16/05/24**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação ou afixação em local público.

Gabinete da Presidência, aos 02 dias do mês de maio de 2024.

VALDECI LIMA DE OLIVEIRA

Presidente

EXTRATO DO TERMO ADITIVO**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2023.****PARTES:** CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS-MS E SANCHES CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**OBJETO:** PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:****01.** -CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**01.10.1** -CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**01.101** -CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS**01.031.1001-2001** -GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS**3.3.90.39** - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**3.3.2.3.1.06.99** - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**VIGÊNCIA:** 13/04/2024 A 13/04/2025**VALOR: R\$ 14.400,00 (QUATORZE MIL E QUATROCENTOS REAIS)****LOCAL/DATA:** ALCINÓPOLIS-MS, 12 DE ABRIL DE 2024.**ASSINAM:** VEREADOR, VALDECI LIMA DE OLIVEIRA E PEDRO EDILSON SANTANA DA SILVA